



PARECER TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

PARECER N° 122/2018-CGM

PROCESSO N° PP51/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

SITUAÇÃO: Homologado

INTERESSADO: Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social

EMPRESA VENCEDORA: LAURINDO PEREIRA DOS REIS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SERRALHERIA, PARA ATENDER A SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL- SEMTEPS, CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), UNIDADE DE ACOlhIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, UNIDADE DE ACOlhIMENTO A PESSOA IDOSA, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA IGD, CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1. RELATÓRIO

Foi remetido pelo Pregoeiro do Poder Executivo Municipal de São Félix do Xingu/PA, o processo administrativo, no qual requer análise técnica e de conformidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial.



O processo licitatório em epígrafe encontra-se em volume único, o qual foi instruído com a seguinte documentação:

- Solicitação de abertura de processo administrativo (fls. 02);
- Termo de referência e anexos (fls. 03-11);
- Cotação de preços do mercado (fls. 12-14);
- Declaração da despesa do responsável, atestando a conformidade orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO (fls. 15);
- Indicação dos recursos orçamentários (fls. 16-18);
- Despacho da Chefe do Poder Executivo autorizando o início do processo licitatório (fls. 19);
- Ato de designação de Pregoeiros e composição de equipe de apoio para modalidade de Pregão (fls. 20-21);
- Solicitação de análise da minuta do edital à Procuradoria Geral do Município (fls. 22);
- Minuta do edital do pregão presencial (fls. 23-58);
- Parecer Procuradoria Geral do Município (fls. 59);
- Edital do pregão presencial e anexos (fls. 60-105);
- Comprovante de Publicação do Pregão Presencial:
 - Diário Oficial da União (fls. 106);
 - Diário Oficial Municípios do Estado do Pará (fls. 107);
- Ata da sessão de licitação deserta (fls. 108);
- Edital e anexos (fls. 109-153);
- Publicação do aviso de licitação – repetição:
 - Diário Oficial da União (fls. 154);
 - Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 155);
- Ata de realização do pregão presencial (fls. 156-157);
- Apresentação da documentação exigida no edital (fls. 158-180);
- Solicitação do parecer jurídico sobre os autos (fls. 181);
- Parecer jurídico sobre o processo (fls. 182-183);



-
- Publicação de resultado:
 - Diário Oficial Municípios do Estado do Pará (fls. 184);
 - Termo de Homologação (fls. 185);
 - Contrato administrativo nº 20180568 (fls. 186-193);
 - Contrato administrativo nº 20180569 (fls. 194-201).

Sendo este o relatório, passamos a análise.

2. ANÁLISE

2.1. Da Legislação

- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 10.520/02;
- Lei Complementar nº 101/00;
- Edital do processo.

2.2. Da Fase Preparatória

O processo administrativo está atuado, protocolado, rubricado com a indicação do objeto, orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação do pregoeiro ou servidores responsáveis, termo de referência, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93.

2.3. Da Análise Jurídica

Quanto ao aspecto jurídico e formal da minuta do edital, a Procuradoria Geral do Município opinou apto a sua elaboração, posteriormente emitiu parecer favorável sobre a legalidade e conclusão do processo.



2.4. Do prazo

Em consonância com o inciso V, do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, onde o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis, sendo a última data publicada no dia 18/06/2018 e a data para abertura do certame em 28/06/2018. Cumprindo a legislação que trata da matéria.

2.5. Da Fase Externa

A fase externa é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração e passa a provocar efeitos no meio social.

2.6. Do Edital

O Edital definitivo do processo em análise consta assinado pela autoridade que o expediu, estando rubricado em todas as folhas, conforme o artigo 40, §1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece.

2.7. Da Ata de Reunião

Conforme se infere na abertura da ata de realização do pregão presencial, compareceram as empresas:

1. LAURINDO PEREIRA DOS REIS.

Após apresentação da documentação para credenciamento e aberto os envelopes das propostas, percebeu-se que a empresa estava em conformidade com o edital, sendo classificada para a fase de lances e negociação de valores conforme o interesse dessa Administração.

Em seguida ao ser definido o menor preço, cotado pela empresa em epígrafe, e sendo que ninguém manifestou intenção o pregoeiro informou aos representantes que aceitaria os valores apresentados, ficando a contratação do fornecimento dos produtos a cargo da Secretária Responsável.



3. DA EXCLUSIVIDADE PARA PEQUENAS EMPRESAS E MICROEMPRESAS

No presente processo, foi exercido a reserva de cotas e exclusividade para pequenas empresas e microempresas, nos termos da LC nº 123/2006 com alterações promovidas pela LC nº 147/2014.

4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O pregoeiro ADJUDICOU a empresa vencedora no certame, visto que não houve interposição de recurso ou prazo para apresentação de documentação. Após a conclusão e análise do processo administrativo licitatório pelos setores competentes, a Chefe do Poder Executivo Municipal HOMOLOGOU o processo licitatório.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.

6. PROVIDÊNCIA

O setor competente deverá fazer a juntada da apostila, quanto a discriminação do objeto do termo de referência e da Certidão Negativa de Débitos Tributários Federais da empresa vencedora.

CONCLUSÃO

Desta feita, deverá prosseguir o presente certame para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



afinantes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA, a geração de despesas são de inteira responsabilidade do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa ou dolo por parte do Controlador Geral do Município.

Ao Pregoeiro para conhecimento, manifestação e adoção das providências subsequentes.

São Félix do Xingu, 27 de julho de 2018.

Alexo Silva Barros
Controlador Geral do Município
Decreto nº 1780/2018

Mayse Karolinne Canêdo do Nascimento
Analista de UCI II
Decreto nº 1782/2018